

COMISSÃO EXTERNA DA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NOVA TRANSNORDESTINA (CEXTRANS)

REQUERIMENTO

(Do Sr. Raimundo Gomes de Matos)

Requer a realização de audiência pública para discutir o andamento das obras de construção da Ferrovia Nova Transnordestina nos Estados do Piauí, Ceará e Pernambuco.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, requeiro a V. Exa. que, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. André Facó, Secretário de Estado da Infraestrutura do Estado do Ceará, a Sra. Janaína Marques, Secretária de Infraestrutura do Estado Piauí, e o Sr. Sebastião Oliveira, Secretário de Estado dos Transportes de Pernambuco, a fim de debaterem o andamento das obras de construção da Ferrovia Nova Transnordestina em seus Estados.

JUSTIFICAÇÃO

A Ferrovia Transnordestina, com 1.728 quilômetros de extensão, foi planejada para levar até os portos de Pecém (Ceará) e Suape (Pernambuco) a produção agrícola do cerrado do Piauí, especialmente soja, e interligar esses portos à Hidrovia do Rio São Francisco (Petrópolis). A linha férrea partiria da cidade piauiense de Eliseu Martins até Salgueiro, no sertão pernambucano, com ramal até Petrópolis. Em Salgueiro, a Ferrovia

Transnordestina se dividiria: um braço seguiria até o litoral pernambucano e o outro até a costa cearense.

Concedida desde 1998, quando da privatização das malhas pertencentes à antiga Rede Ferroviária Federal, o empreendimento tem contado com vigorosos aportes financeiros oriundos da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Contudo, apesar do expressivo volume de recursos públicos já aportados, são recorrentes os descumprimentos de prazos e metas, o que demanda a atenção especial do Congresso Nacional, no que diz respeito à missão constitucional de exercer o controle externo.

Para que esta Comissão compreenda todas as questões que permeiam ou que têm influência no andamento das obras, é necessário ouvir todos os atores que, de alguma forma, integram ou se encontram na área de influência do empreendimento.

Por isso submetemos à Comissão, na certeza de contar com o apoio dos nobres Pares, o presente requerimento de audiência pública para ouvir os secretários de infraestrutura dos Estados abrangidos pelo empreendimento, como forma de colher suas percepções, preocupações e para verificar o status das ações de desapropriação, tendo em vista a parceria firmada entre os governos estaduais e o DNIT, responsável por esta atividade.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS